



## REFORMAS POMBALINAS E O ILUMINISMO EM PORTUGAL

Sandra Aparecida Pires Franco \*

Universidade Estadual de Londrina - UEL

[sandrafranco@astornet.com.br](mailto:sandrafranco@astornet.com.br)

**RESUMO:** O objetivo principal deste texto é o de verificar quais as mudanças e reformas que estavam ocorrendo em Portugal no século XVIII e que poderiam alterar a situação portuguesa no contexto europeu. Assim como também verificar se existiram tentativas de modernização anteriores e qual foi o papel de Pombal neste contexto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reformas; Portugal; Marquês de Pombal.

**ABSTRACT:** The main purpose of this text is to check out the changes and reforms which were taking place in Portugal in the XVIII century which could alter the Portuguese situation in an European context. We are also going to verify if there were previous attempts to modernization and what the role of marquis of *Pombal* in this context was.

**KEYWORDS:** Changes, Portugal, Marquis of *Pombal*

Desde a primeira metade do século XVIII existia em Portugal um grupo de intelectuais e políticos que, tendo como exemplo as nações onde o Iluminismo se propagara, sugeriam mudanças e reformas que poderiam alterar a situação portuguesa no contexto europeu. As Reforma Pombalinas, neste sentido, significavam o fortalecimento desse movimento.

No entanto, existiam tentativas anteriores de modernização que, desde o século XVII, vinham sendo registradas por alguns economistas portugueses. No livro **Antologia dos economistas portugueses**, Sérgio Antônio<sup>1</sup> citou Luís Mendes de Vasconcelos<sup>2</sup> que escreveu em 1608 os **Diálogos do Sítio de Lisboa**, onde discutem um filósofo, um soldado e um político. Neste texto, o autor buscou relatar o que seria ideal

---

\* Sandra Aparecida Pires Franco possui graduação em Letras (1989 - 1992) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Mestrado (2001 - 2003) em Educação pela mesma instituição. Atualmente, faz Doutorado em Letras na Universidade Estadual de Londrina (UEL), na área de Estudos Literários.

<sup>1</sup> SÉRGIO, Antônio. **Antologia dos economistas portugueses (século XVII)**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.

<sup>2</sup> Luís Mendes de Vasconcelos exerceu o cargo de capitão-mor nas armadas do oriente e o de governador do reino de Angola.

para Portugal como: aperfeiçoar a agricultura; desenvolver, por ela e pela indústria, a economia metropolitana; nacionalizar por essa indústria o comércio do ultramar.

Outro autor que dissertou sobre a necessidade de modernização em Portugal foi Severim de Faria (1583-1654)<sup>3</sup> que escreveu **Do muito que importará para a conservação e aumento da monarquia de Espanha assistir Sua majestade com sua corte em Lisboa e Dos meios com que Portugal pode crescer em grande número de gente, para aumento da milícia, agricultura e navegação.**

Para Faria, havia um problema em Portugal que era a diminuição do povo. Segundo ele, houve essa diminuição por três causas: devido às conquistas; o fato de não estar organizada a indústria e os defeitos da agricultura. A solução era a introdução das artes mecânicas, o desenvolvimento industrial. Vejamos:

Cumpria proibir a exportação das matérias-primas, e trazer oficiais excelentes de outras províncias (do estrangeiro, dir-se-ia hoje, dar-lhes salários e comodidades convenientes, favorecer os bons engenhos e estimar as invenções e as obras que participam do singular e do raro, e assinalar prêmios à perfeição e excelência. (É o que tentamos fazer há pouco com a criação da Junta de orientação dos estudos: Favorecer os bons engenhos, estimular as invenções, instruir os Portugueses nas técnicas modernas mais urgentes, – sem lograr em S. Bento a indispensável atenção. Cumpre insistir...)<sup>4</sup>

Os problemas expostos por Faria sobre a agricultura e a indústria, foram retomados pelo Dr. Ribeiro de Macedo (1618-1680)<sup>5</sup> no seu **Discurso sobre a Introdução das Artes no Reino** (1675), onde relatava o problema da balança comercial. Ele mesmo questionava: “Qual há de nós [pergunta ele] que traga sobre si alguma cousa feita em Portugal? Acharemos (e não ainda todos) que só o pano de linho e os sapatos são obras nossas”<sup>6</sup>. [...] “[...] o único meio que há para evitar este dano e impedir que o dinheiro saia do reino, é introduzir nele as artes”<sup>7</sup>.

Realmente se os artigos de luxo de cujo uso alguns se queixavam fosse feito no país, não seria realmente um mal. Macedo sugeriu que fossem produzidos em Portugal

<sup>3</sup> Severim de Faria nasceu em 1583 (se não há erro) e faleceu em 1654. Menino o levaram de Lisboa, onde nascera, para Évora, onde seu tio Baltasar (que depois nele renunciou o chantrado) o subtraiu às mundanidades, encaminhando-o para a vida mística. Coursou as aulas universitárias, e engolfou-se na erudição.

<sup>4</sup> FARIA apud SÉRGIO, Antônio. **Antologia dos economistas portugueses (século XVII)**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974, p. 174.

<sup>5</sup> Duarte Ribeiro de Macedo nasceu por 1618, e estudou Filosofia em Évora e Direito em Coimbra. Sendo juiz de fora no Alentejo, fez reparo nos seus méritos o fidalgo D. João da Costa, 1º CONDE DE Soure, que foi governar Elvas logo depois da revolução, em 1641.

<sup>6</sup> MACEDO apud SÉRGIO, 1974, op. cit., p. 174.

<sup>7</sup> Ibid., p. 185.

os cereais, as sarjas, baelas, meias de seda, panos e papel e os produtos industriais fáceis de manufaturar. Segundo ele, não faltavam matérias-primas para isso e o que faltasse poderia ser providenciado.

O que deveria ser feito, a princípio, era proibir a saída de artesãos que pudessem desenvolver as indústrias. Observe-se o que ele nos diz:

Cumpria usar ao mesmo tempo, não só a isenção de direitos para os mestres que tentavam indústrias novas, mas prêmios, também, para os que melhor fabricassem nos vários gêneros, e facilidades para o estabelecimento nos lugares abundantes em água e lã; atrair com grossos salários os melhores artífices do estrangeiro; e desenvolver o ensino público.<sup>8</sup>

Ele alertava também que se Portugal não tivesse manufaturas, as colônias portuguesas iriam dar vantagem a outros povos, acreditava nisso porque as colônias tinham muita matéria-prima.

Devemos observar que as iniciativas de modernização destes economistas portugueses foram iniciativas que antecederam as propostas iluministas representadas na Reforma Pombalina.

Assim a partir do século XVII, aconteceram na Europa inúmeras mudanças no modo de produção e de idéias, que refletiram de forma ascendente na vida dos homens. Sua disseminação atingiu a economia, a ciência, a política, a arte, a religião e a filosofia. A transformação não ocorreu somente na produção material, e sim em todos os aspectos da consciência humana. Desenvolveram-se no mundo todo profundos movimentos como: a Revolução Industrial, que se iniciou na Inglaterra; a revolução Francesa; a Reforma Pombalina, em Portugal; e as Inconfidências, no Brasil. Em termos filosóficos, o iluminismo dominou o campo das idéias. Trata-se de um momento histórico em que o homem abandona as superstições medievais e abraça as idéias iluminadas pela razão e pela ciência. O objetivo do Iluminismo era libertar o pensamento do domínio das idéias sobrenaturais para o homem conquistar a liberdade intelectual, política e religiosa, motivo pelo qual se condenava toda forma de pensamento pautado no absolutismo político e religioso.

Nos primórdios da transformação manufatureira, o comércio desestruturou a produção tradicional de todos os países. As nações se modificaram. Os países onde o comércio se desenvolveu viraram grandes potências como foi o caso da Inglaterra,

---

<sup>8</sup> MACEDO apud SÉRGIO, Antônio. **Antologia dos economistas portugueses (século XVII)**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974, p. 23.

França, Holanda e Países Baixos, mas em Portugal a aristocracia se fortaleceu, colocando rédeas nos comerciantes e se enriquecendo da riqueza Colonial, impedindo assim que a manufatura não se desenvolvesse internamente.

No início dos tempos modernos, Portugal encontrava-se na vanguarda das transformações. No século XVI, este país constituía-se, juntamente com a Espanha, na principal potência marítima do mundo ocidental. Em busca de riquezas, os lusitanos haviam produzido a expansão marítima e contribuído decididamente para a gestação do comércio mundial. Refletindo esse vanguardismo, Lisboa transformou-se numa das capitais do mundo. Voltar a este patamar sempre foi uma questão para os portugueses.

Segundo Menezes, a antiga forma social resistiu à destruição e, neste embate, houve um equilíbrio de forças que deixa a impressão de que os portugueses não conseguiam imprimir uma direção à sua história, mas que também a antiga sociedade não conseguia estancar totalmente as transformações.

Seguindo a idéia de que o Iluminismo propagava-se por todos os países europeus e essa propagação ocorria de forma diferente em cada um deles é que focalizaremos Portugal, local principal de nossas discussões, mais especificamente as Reformas Pombalinas. Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi um homem reconhecido por ter renovado profundamente a política econômica do governo português. Analisar Portugal do século XVIII sem levar em conta a figura do Marquês de Pombal (1699-1782) é quase impossível. Considerado como uma figura do despotismo esclarecido, ele governou Portugal, como 1º Ministro de D. José I, entre 1750 e 1777. O **Testamento Político** de Dom Luís da Cunha<sup>9</sup> recomendava Pombal para governar Portugal, por seu temperamento paciente e especulativo demonstrado durante o reinado anterior.

Segundo Teixeira,<sup>10</sup> Pombal no reinado de D. João V, tinha exercido a função de diplomata português em Londres (1738-1744) e em Viena (1745-1749). Na época, a governação portuguesa emanava de três secretarias, a mais importante das quais era a

---

<sup>9</sup> D. Luís da Cunha, já em 1696, foi designado enviado extraordinário a Londres, iniciando assim, uma carreira diplomática brilhante, que se encerrou com a sua morte em Paris, em 1749. Foi designado embaixador plenipotenciário no Congresso de Utrecht (1710-1716); embaixador em Londres (1715-1719) e Madrid (1719-1728) e Haia (1728-1736) e, finalmente, embaixador em Paris (1736-1749). (CAVAZZOTTI, Maria Auxiliadora. **O pensamento educacional no século XVIII: Portugal**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação, História e Filosofia da Educação) – PPG-PUC/SP, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992).

<sup>10</sup> TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato pombalino e poesia neoclássica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

dos Negócios de Reino. Depois, vinham a da Marinha e Ultramar e a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Com a ascensão de D. José I (1750), Sebastião José foi nomeado secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Após o terremoto de Lisboa de 1755, ascendeu à secretaria dos Negócios do Reino e colocou gente de sua confiança nas demais. Desde então, governou com plenos poderes até a morte de D. José, em 1777. Sua importância e seu poder expressam-se nos títulos recebidos: em 1759, ele tornou-se Conde de Oeiras e, em 1769, Marquês de Pombal.

Como Conde de Oeiras, Pombal preocupou-se com sua imagem, tornando-se um mecenas. Seu período de mecenato foi marcado pela idéia de progresso, arrojo, trabalho, austeridade e estudo.

Podemos perceber, segundo Teixeira que, no reinado de D. João V, já se vinha:

[...] promovendo a renovação do pensamento em Portugal, manifesta no surgimento de academias, laboratórios, traduções e edições importantes. Nas ciências, tal renovação corresponde à adoção do método cartesiano e da física de Newton; em filosofia, equivale à superação da Neo-Escolástica em favor do Experimentalismo inglês; nas letras, manifesta-se na assimilação da poética de Boileau e na censura generalizada à poesia seiscentista, sobretudo em sua vertente gongórica.<sup>11</sup>

Pombal chegou a presidir a fundação da Arcádia Lusitana em 1756, protegendo os poetas e artistas, certamente isso fazia parte da estratégia de divulgar e criar entre os intelectuais um ambiente favorável às suas reformas.

O governo de Pombal, como ministro de D. José I, caracterizava-se pela ambição de restabelecer o controle nacional sobre todas as riquezas que iam para Lisboa, vindas dos domínios ultramarinos de Portugal. Para tanto, ele se beneficiou das técnicas que aprendeu na Grã-Bretanha e na Áustria.

Entre as novas medidas estavam a afirmação da autoridade nacional na administração religiosa e eclesiástica, no estímulo a empreendimentos industriais e atividades empresariais; da autoridade para lançar impostos; criar novas capacidades militares e uma nova estrutura de segurança do Estado, além da estruturação de um novo sistema de educação pública para substituir o ensino dos jesuítas.<sup>12</sup> Todas essas medidas estavam encerradas em um grupo de leis públicas codificadas e sistematizadas.

---

<sup>11</sup> Ibid, p. 23.

<sup>12</sup> Podemos dizer “[...] de uma maneira geral que, no século XVIII, o cristianismo tinha perdido grande parte de sua força. A irreligiosidade estava difundida entre os príncipes e os intelectuais; ainda não penetrava muito no seio das classes média e baixa. Não se trata mais de saber em que a Igreja dessa época pecava como instituição religiosa, mas em que se preparava, sendo particularmente incômoda

Quanto à expulsão dos jesuítas, o embaixador de Roma acreditava que Pombal tinha a intenção de introduzir a religião protestante em Portugal, porque estava horrorizado com os acontecimentos. Portanto, a luta com o papado foi uma consequência inevitável de sua proposta de modernização econômica e política.

Ele aboliu também a distinção entre cristão-velho e cristão novo. Em 1769 voltou-se contra a Inquisição, retirando-lhe o poder e ordenando que as propriedades confiscadas pela Inquisição passassem a fazer parte do Tesouro Nacional.

Com as Reformas Pombalinas no país, toda a parte administrativa se alterou. Criou-se a Real Mesa Censória (1771), ano de início dos estudos de Silva Alvarenga na Universidade de Coimbra, para secularizar o controle e as proibições que, de longa data, impediam ou dificultavam a introdução de novas idéias no país. Desse modo, a Real Mesa Censória substituiu a Inquisição e tornou-se o juiz do que se supunha aceitável para o público leitor português.

Algumas transformações educacionais foram feitas nos Estatutos do Colégio dos Nobres, criado em Lisboa a 7 de março de 1771, anteriormente, portanto, à Reforma da Universidade de Coimbra, mas elas não foram cumpridas. Isto levou à criação da Real Mesa Censória, que tinha como função estabelecer medidas rigorosas para que as reformas fossem cumpridas.

Na verdade, o Colégio dos Nobres não cumprira os objetivos estabelecidos em seus estatutos, não apenas no que diz respeito ao ensino das ciências, mas também em relação às demais disciplinas e sobretudo à formação do educando. A primeira providência de maior intensidade para sanar sua evidente desorganização foi a entrega dessa instituição à real Mesa Censória (04/06/1771), seguindo-se pouco depois o Alvará Régio ordenando medidas disciplinares rigorosas. Finalmente cumpre registrar a Carta de Lei (10/11/1772), abolindo o ensino científico no Colégio. Era o reconhecimento do fracasso de um

---

para os escritores que eram os principais promotores desta revolução. A Igreja apoiava-se principalmente na tradição: os escritores desprezavam todas as instituições fundadas sobre o respeito do passado; eles só apelariam para a razão. Para chegar a um entendimento, ambos os lados deveriam ter admitido que, devido às suas situações essencialmente diferentes, a sociedade política e a sociedade religiosa não podiam ser regidas por princípios iguais. Mas estava-se muito longe disso na época e tinha-se a impressão de que, para conseguir atacar as instituições do Estado, era preciso destruir as instituições da igreja, que lhes serviam de base e de modelo. Aliás, a própria Igreja era o primeiro dos poderes políticos e o mais odiado apesar de não ser o mais opressivo. Os escritores tinham razões para atacar a igreja. Esta representava precisamente a parte do governo que lhes era mais próxima e mais diretamente oposta. Os outros poderes só se faziam sentir vez ou outra, mas este, sendo especialmente encarregado de fiscalizar os trâmites do pensamento e censurar os escritos, incomodava os diretamente”. (TOCQUEVILLE, Aléxis de. **O antigo regime e a revolução**. 3. ed. Tradução de Yvonne Jean. Brasília/São Paulo: Editora Universidade de Brasília/HUCITEC, 1989, p. 149-150.)

plano educacional, posteriormente reformulado com a criação dos cursos científicos da Universidade de Coimbra.<sup>13</sup>

Paradoxalmente, portanto, a censura do Estado foi planejada para fornecer os meios suscetíveis de estimular o Iluminismo, o que revela a complexidade dos embates que davam os contornos das transformações.

A Mesa frequentemente, liberava livros para seus proprietários que antes haviam sido banidos pela Inquisição – entre eles as *Oeuvres* de Voltaire (teatro), a *Pamela*, de Richardson, o *Esprit de lois*, de Montesquieu, e os *Essays on human understanding*, de Locke.<sup>14</sup>

Podemos citar também Antônio Nunes Ribeiro Sanches<sup>15</sup> (1699-1783), que, antes de Pombal, em suas **Cartas sobre a educação da mocidade** (1760), propôs a separação total entre a Igreja e o Estado, fazendo algumas sugestões para a reforma da educação portuguesa. Na citação transcrita a seguir, Cidade mostra a relação entre essas cartas e a transformação ocorrida nos Estatutos do Colégio dos Nobres, cujas repercussões incidem sobre a Reforma da Universidade de Coimbra.

São dois os trabalhos com que tenta reformar a educação da mocidade portuguesa: – ‘Carta sobre a educação da mocidade nobre e o Método pra aprender a estudar a medicina, ilustrado com os Apontamentos pra estabelecer-se uma Universidade real, na qual deviam aprender-se as Ciências Humanas de que necessita o estado Civil e Político’. A elaboração do primeiro destes trabalhos determinou a extinção, em 1759, dos colégios dos jesuítas.

Foi tal elaboração instigada pelo embaixador português em Paris, Monsenhor Salema? Assim este o afirma. O que se sabe é que foi em conformidade com o plano exposto nessas cartas que o Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, organizou em 1761 o Colégio dos Nobres. Em verdade, nelas Ribeiro Sanches defende muitas das idéias

<sup>13</sup> CARDOSO, Walter. **A adesão do Brasil Setecentista à Ciência Moderna**. 1991. Tese (Doutorado em História) – PPG-USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

<sup>14</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>15</sup> Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) foi um sábio de renome internacional. Estudou Medicina e Direito na Universidade de Coimbra, doutorando-se em Medicina da Universidade de Salamanca. Depois de curta estadia em Portugal a sua condição de cristão novo impeliu-o, certamente, a ausentar-se do país, viajando largamente pela Europa. Em Leyde freqüentou as aulas do famoso Boerhave, que o recomendou à Imperatriz Ana da Rússia, que o contratou como médico. Exerceu clínica em Moscou e foi, depois, médico dos exércitos imperiais e, finalmente, médico da corte e conselheiro do estado. Em 1747, instalou-se em Paris, onde permaneceu até o fim dos seus dias, em 14 de outubro de 1783, e onde veio a conquistar uma reputação européia e admiração de sábios como Buffon. Foi, também, um dos colaboradores da famosa Enciclopédia, editada por D’Alembert e Diderot. Em Haia, manteve estreitas relações com o embaixador D. Luiz da Cunha, que aí esteve em missão, de 1728 a 1731, e que verificou o óbito do ilustre diplomata, falecido em dezembro de 1749. (MAGALHÃES, José Calvet de. **História do pensamento econômico em Portugal da Idade Média ao Mercantilismo**. Coimbra, 1967, p. 304-305 apud CAVAZZOTTI, Maria Auxiliadora. **O pensamento educacional no século XVIII: Portugal**. São Paulo: PUC, 1992, p. 12.)

gratíssimas ao primeiro Ministro e por ele realizadas. Assim, a da secularização do ensino; a transformação numa função exclusiva do estado, porque a seu benefício era destinada, do ensino até aí monopolizado pelos eclesiásticos, que Sanches não sofre ver privilegiadíssimos, mesmo já em tempo em que as condições de vida, que poderiam explicar tais privilégios, haviam profundamente mudado; a viva condenação do anacrônico peripatetismo, que numa carta para Teodoro de Almeida qualificava de parvoíce de frades; finalmente, a adaptação do ensino à criação de valores que pudessem integrar-se na vida do tempo – uma escola militar para nobres, com muito exercício para o desenvolvimento da agilidade e robustez – ginástica, esgrima, dança – mas também com línguas modernas – castelhano, francês, inglês – Matemáticas elementares, geografia e História, princípios de Direito Civil. Político e Pátrio, além de conhecimentos de armas, evoluções e tática.

Outras idéias não agradariam, decerto, ao Conde de Oeiras, como a da liberdade de consciência, a que punha limitações longe de coincidirem com as que o ministro absolutista julgava convenientes, como a da organização rousseauliana do estado, por um contrato entre os povos e o soberano, etc.

Em todo o caso, os princípios essenciais aproveitou-os o conde na fundação do Colégio dos Nobres, que viveu, como Sanches preceituara, isento de directa influência da igreja, destinado à preparação para funções do estado, e de programas animados por vivo sopro de pragmatismo.<sup>16</sup>

Segundo Maxwell, os escritos de Antônio Pereira de Figueiredo<sup>17</sup> e João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho forneceram a justificativa para as reivindicações seculares quanto a assuntos até então de domínio da Igreja e para a captura, pelo estado, da jurisdição antes atribuída ao domínio espiritual.<sup>18</sup>

Como dissemos, o Brasil era colônia de Portugal onde não existiu o feudalismo tal como nos termos da Europa. Talvez isto explique o por quê de os primeiros experimentos na educação serem iniciados aqui. Tratava-se de um local onde não existiam leis rígidas, não habitando também homens com culturas tradicionais como os nobres e clero em Portugal.

É essa secularização<sup>19</sup> que se destaca nos objetivos da reforma educacional de 1760, a qual, segundo Maxwell, visava:

---

<sup>16</sup> Cidade (1975, p.58-59).

<sup>17</sup> Uma série de livros e cartas do oratoriano Antônio Pereira de Figueiredo foi particularmente influente em Portugal. As duas primeiras edições do seu Tentativa teológica (Lisboa, 1766), perfazendo ao todo 1.600 exemplares, esgotaram-se rapidamente. (MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 102.)

<sup>18</sup> A tarefa de Azevedo Coutinho era justificar a instalação de bispos sem recorrer a Roma. A experiência francesa revelou-se especialmente atrativa par os reformadores eclesiásticos portugueses. (Ibid.)

<sup>19</sup> Secularização – transformação do religioso em leigo; tornar secular ou leigo (o que era eclesiástico).



[...] três objetivos principais: Trazer a **educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo**, assim como muitas das medidas de Pombal, os experimentos iniciais ocorreram no Brasil. [...] **Os diretores deveriam ocupar os lugares dos missionários e duas escolas públicas deveriam ser estabelecidas em cada aldeia indígena, uma para meninos e outra para meninas. Aos meninos se ensinaria a ler, escrever e contar, assim como a doutrina cristã, enquanto as meninas, em vez de contar, aprenderiam a cuidar da casa, costurar e executar outras tarefas “apropriadas para esse sexo”**. Os diretores, diferentemente dos missionários, deveriam impor às crianças indígenas **o uso do português e proibir o uso de sua própria língua**.<sup>20</sup> (destaque nosso)

Em suas reformas educacionais, Pombal inspirou-se nas recomendações dos oratorianos, como Luís Antônio Verney,<sup>21</sup> cujo livro resumia tanto o radicalismo como as limitações da filosofia educacional de Pombal, “[...] era um método destinado a ser útil para a República e a Igreja na proporção do estilo e da necessidade de Portugal”.<sup>22</sup>

Para dar execução à reforma, Pombal criou o posto de diretor de estudos, com a finalidade de fiscalizar o estabelecimento de um sistema nacional de educação secundária, para o qual indicou Dom Tomás de Almeida. Somente mais tarde é que foi criada a Junta da Providência Literária, para preparar a reforma da educação superior. O diretor de estudos tinha como tarefa coordenar, preparar os relatórios anuais, inspecionar e administrar o sistema. Quanto aos professores, estes seriam pagos pelo

<sup>20</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 104.

<sup>21</sup> “Luís Antônio Verney, o vigoroso autor do **Verdadeiro Método de Estudar**, publicado pela primeira vez em 1746. nascido em Lisboa de pai francês, fez os seus primeiros estudos no Colégio de Santo Antão dos jesuítas, em Évora. Com vinte e três anos foi estudar em Roma voltando a formar-se em teologia e Jurisprudência. Em 1742 foi designado pelo Papa arcediogo na Catedral de Évora. Lugar de que tomou posse em Roma. Permaneceu na Itália até sua morte. Desenvolveu uma enorme atividade literária compondo numerosas obras pedagógicas e filosóficas, das quais algumas permaneceram inéditas. Insurgiu-se contra a fraca cultura dos mestres portugueses, indicando no seu Verdadeiro Método de estudar a propósito de cada setor da cultura, as obras que considerava mais eminentes e que os professores nacionais ignoravam no ensino”. (MAGALHÃES, José Calvet de. **História do pensamento econômico: da Idade Média ao mercantilismo**. Coimbra, 1967, p. 360.) Interessante verificar também a crítica de Verney à concepção escolástica de filosofia: “Eu verdadeiramente não sei se as escolas de Filosofia deste reino têm pior método que as escolas baixas. Sobre isso havia muito que dizer. O que sei, porém, é que nestes países não se sabe de que cor seja isto a que chamem boa Filosofia. Este vocábulo, ou por ele entendamos ciência, ou, com rigor gramático, amor da ciência, é vocábulo bem grego nestes países. Verá V. P. que se dá este nome a coisas bem galantes: Universais, Sinais, Proemiais, e outras coisas destas. Os pobres rapazes passam os seus três e quatro anos lendo arengas mui compridas; e saem dali sem saberem o que leram, nem o com que se divertiram. Falo do estilo das Universidades: porque o das outras escolas é o mesmo quanto à matéria; e ainda pouco diferente quanto à disposição”. (VERNEY, Luís Antônio. **Verdadeiro Método de Estudar**, v.III, p.3-4 apud ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês e o plano de estudos do Seminário de Olinda (1800-1836)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1991.

<sup>22</sup> MAXWELL, 1996, op. cit., p. 104.

Estado, deveriam passar por um exame público para obter suas posições, teriam privilégios só concedidos a nobres e residiriam nos conventos dos jesuítas expulsos.

Em 1771, houve a substituição do diretor de estudos pela Real Mesa Censória, ampliando o sistema educacional com a incorporação de escolas de leitura, composição e cálculos e aumentando as aulas de latim, grego, retórica e filosofia, estendendo-se até os territórios ultramarinos. Podemos destacar que:

[...] a legislação de 1772 incluía um plano nacional relacionando as escolas e os professores com a situação socioeconômica das regiões e estabelecendo uma base financeira para o sistema mediante a introdução de um novo imposto ou subsídio literário para cobrir esse custo.<sup>23</sup>

A reforma da Universidade de Coimbra, ocorrida em 1772, foi um dos mais importantes aspectos da reforma educacional de Pombal, pois teve um resultado que se prolongou pelas demais gerações. Sua síntese pode ser exposta nos seguintes termos:

Para preparar os novos estatutos da universidade, criou-se a Junta da Providência Literária em dezembro de 1770. O onipresente e maleável Dom João Cosme da Cunha era o presidente da junta e Francisco de Lemos tornou-se o reitor da reforma. Francisco de Lemos e seu irmão compuseram os novos estatutos da universidade. João Pereira Ramos coordenou a parte jurídica em estreita colaboração com o marquês de Pombal, enquanto Francisco de Lemos concentrou-se nos novos estatutos relacionados com as ciências naturais e a matemática. Frei Cenáculo foi também membro da Junta da Providência Literária. A intervenção pessoal de Pombal colocou Cenáculo nessa comissão, onde **Pombal tomou parte ativa em discussões, tendo ele próprio presidido algumas sessões da junta.** A universidade foi fechada durante as fases finais da reforma e **Pombal supervisionou pessoalmente a inauguração da instituição reformada durante uma estada de 32 dias em Coimbra,** de setembro a outubro de 1772. Os indivíduos-chave que o auxiliaram foram: José Seabra da Silva, co-autor da Dedução cronológica, frei Manuel do Cenáculo, João Pereira Ramos, Dom Francisco de Lemos, Pascoal José de Melo Freire, Antônio Nunes Sanchez, Jacobo Castro Sarmento e, é claro, Vernei.<sup>24</sup> (destaque nosso)

Ou seja, a Reforma da Universidade confirma o caráter empreendedor de Pombal. Ele visava: modernizar as faculdades de teologia e de lei canônica, incorporar o estudo de fontes portuguesas no currículo da faculdade de direito, atualizar a faculdade de medicina, fazendo voltar o estudo de anatomia por intermédio da dissecação de cadáveres, antes era proibida por questões religiosas.

<sup>23</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal:** paradoxo do iluminismo. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 105.

<sup>24</sup> Ibid., p. 110.

Desta forma, o novo currículo e a existência de laboratórios eram inovações excepcionais para a época. Uns dos primeiros trabalhos da Junta foi justificar a reforma, atribuindo a decadência da universidade aos jesuítas. A declaração dos objetivos do processo da reforma da universidade veio do próprio Francisco de Lemos:

Não se deve encarar a universidade como um corpo isolado, preocupado apenas com seus próprios negócios, como sucede normalmente, mas como um corpo no coração do Estado que, mercê de seus intelectuais, cria e difunde a sabedoria do Iluminismo para todas as partes da Monarquia a fim de animar e revitalizar todos os ramos da administração pública e de promover a felicidade do Homem. Quanto mais se analisa essa idéia, maiores afinidades se descobrem entre a universidade e o Estado; quanto mais se vê a dependência mútua desses dois corpos, mais se percebe que a Ciência não pode florescer na universidade sem que ao mesmo tempo floresça o Estado, melhorando e aperfeiçoando a si mesmo. Essa compreensão chegou muito tarde a Portugal, mas enfim chegou, e estabelecemos sem dúvida o exemplo mais perfeito e completo da Europa atual.<sup>25</sup>

Pombal, da mesma forma que seus antecessores em suas reformas econômicas, defrontou-se com a limitada capacidade empresarial de Portugal. Na área da reforma educacional, Pombal utilizou-se dos estrangeirados,<sup>26</sup> os quais iam se revezando de instituição em instituição, devido à não existência de indivíduos com mentalidade moderna em Portugal. Devemos salientar que o nome estrangeirado equivale à concretização do iluminismo em Portugal. Podemos até dizer que é uma forma maldosa de tratar estes homens, mas esses eram essenciais para a implantação do Iluminismo.

No plano econômico, sua proposta enfrentava a complexa situação externa de concorrência entre as potências européias. Ele acreditou inicialmente que poderia manter uma política de neutralidade, mas os franceses estendiam sua política de dominação à Península Ibérica, cujo objetivo era impedir a entrada do comércio britânico no continente, inclusive fechar o acesso britânico aos portos de Portugal no Atlântico, forçando assim Portugal a entrar na disputa. Acaba então por incentivar a construção de manufaturas no Brasil, assinalando uma inovação na política colonial portuguesa.

Sua Reforma atinge o Brasil não apenas quanto a uma nova forma de aproveitar as riquezas coloniais, mas também quanto a racionalizar e padronizar a administração, a organização militar e o treinamento educacional sob a alçada do

---

<sup>25</sup> LEMOS apud MAXWELL, 1996, p. 114. Fragmento da Relação Geral do Estado da Universidade, 1777, Coimbra: reprodução em fac-símile, 1983, p. 232.

<sup>26</sup> Estrangeirados – homens que saíam de seu país e iam estudar em outros países da Europa.

Estado. Medidas foram tomadas também para que, onde fosse necessário, as diferenças de raça e etnia não fossem barreiras. A língua portuguesa deveria ser utilizada como um meio de integrar as comunidades nativas e os casamentos de nativos com europeus eram encorajados no interesse de aumentar a população. Porém, essas boas intenções foram modificadas pelas circunstâncias locais. Quando Pombal podia governar de perto, o governo agia com eficiência, mas nem sempre isso era possível, principalmente com o Brasil.

A última década do governo de Pombal foi um período de muitas alterações no ambiente econômico de Portugal e vários setores da economia colonial enfrentaram dificuldades, a pressão da concorrência restringiu o acesso ao mercado do açúcar brasileiro, o que se percebeu rapidamente nos portos portugueses. Muitos comerciantes se retiraram, entretanto, aqueles, com grande suporte econômico, com quem Pombal tinha contato, permaneceram. As exportações de vinho e tabaco não foram afetadas. Somente quem estava ligado ao comércio do ouro foi quem sofreu impacto drástico.

Não vamos entrar nos detalhes dos avanços e retrocessos da política modernizadora de Pombal, o que merece destaque em nosso texto é que essas novas condições econômicas produziram um ambiente favorável ao crescimento das manufaturas. Pombal viu a competitividade dos produtos aumentada pela queda na capacidade de importar dos portugueses. Muitas das manufaturas criadas estavam ligadas aos produtos de luxo e o Estado português concedia-lhes privilégios de monopólio, isenção de impostos e fornecimento de matérias-primas.

Todas as mudanças ocorridas em Portugal não podem ser atribuídas apenas a Pombal, mas a uma complicada interação das transformações sociais e econômicas, da política internacional e das decisões diplomáticas que fizeram gerar tantas alterações e inovações no campo interno de Portugal e seus domínios.

Assim, segundo Maxwell, nota-se que Portugal nunca se esquece de sua colônia, pois ela era quem sustentava o reino. Desta forma, as mesmas condições que ajudaram a introdução de manufaturas em Portugal também incentivaram a criação de manufaturas no Brasil, especialmente em Minas Gerais, a grande produtora do ouro. O marquês de Lavradio percebeu que, no caso de Minas Gerais, algo de novo iria surgir, “[...] dada a sua vastidão e o espírito rebelde de sua população, tal independência era uma questão momentosa e um dia talvez viesse a produzir graves conseqüências para

Portugal”.<sup>27</sup> Isso não só foi uma percepção, como realmente aconteceu, o que poderemos explicar melhor quando falarmos sobre os Inconfidentes.

Quanto ao legado de Pombal, podemos dizer que ele exerceu amplos poderes, mas sempre dependendo do apoio do rei. Tanto era assim que quando D. José I sofreu um ataque apoplético em 1765, o futuro de Pombal pareceu comprometido.

Pombal preocupava-se com a continuidade de suas reformas e acreditava mais na reforma da Universidade de Coimbra, porque, a seu ver, era através das reformas educacionais que se poderia dar continuidade ao impulso modernizador, ao transformar e reformar a mentalidade dos portugueses e brasileiros que lá estudassem. Assim sendo, ao lado de tantos aspectos de sua reforma, a de Coimbra foi um dos mais elogiados pelos poetas modernos da época.

Podemos observar que a política econômica de Pombal protegia o comércio vantajoso, e aspirava desenvolver uma classe nacional de homens de negócio, desafiando os concorrentes estrangeiros.



Para as grandes câmaras de comércio, que ajudou a criar, ele foi um herói; para os pequenos negociantes, que suprimiu, ele foi um tirano. Para os cultivadores de vinho do Porto, que protegeu, ele foi um patrono; para os proprietários de vinhedos, cujas vinhas mandou arrancar, foi uma calamidade. Diferentemente da maioria dos governantes esclarecidos, mais preocupados com a teoria do que com a prática, de uma maneira geral ele alcançou seus objetivos. Sua reforma educacional abriu as portas para o florescimento, no final do século XVIII, da ciência e da filosofia portuguesa. Os comerciantes que favoreceu tornaram-se a base de uma rica e opulenta burguesia. Em ambos os casos o papel do estado como patrono, parceiro e protetor foi decisivo. Como sublinhava Dom Luís da Cunha em seu testamento político, a liberdade de muitos foi restringida para o benefício de poucos. Desse modo, o Portugal do século XVIII foi o Estado que criou a burguesia, e não, como na América britânica, a burguesia que restringiu o Estado.<sup>28</sup>

A história da administração de Pombal é muito importante para se ter uma visão de que o progresso do Iluminismo no século XVIII na Europa não foi linear e passava por ações políticas que pareciam se opor aos seus próprios princípios.

Nesse sentido, as iniciativas de Pombal tinham seus limites. De um lado, Portugal era dominado pela igreja portuguesa que era católica, defendida pelo Santo Ofício e pela Companhia de Jesus e, de outro lado, sofria a pressão dos setores

<sup>27</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 152.

<sup>28</sup> Ibid., p. 170.

produtivos que aderiam ao espírito moderno científico. Entretanto, com seu sistema de “iluminismo português”, essencialmente reformista e pedagógico, não revolucionário, mas progressista, nacionalista e humanista Pombal provocou satisfação em grande parte dos intelectuais.



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)